



Assembleia Municipal

Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Extraordinária N.º 1/2013, realizada no dia 29 de novembro de 2013

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e treze, no auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa era composta pelo seu presidente Fernando Rodrigues Louro e pelos secretários Henrique Miguel Caetano Santana e Júlio Manuel Fernandes Pratas. Compareceram nesta assembleia os seguintes deputados: Marco António Heleno Domingos da Silva Silva, João Pedro Lopes da Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, Liliana dos Santos Carapinha, Miguel Angelo Lopes Eusébio, António Júlio Raposo Lopes Pereira, Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU-PCP/PEV), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Luís Miguel Sá Pereira (PS), Mário Raul Santiago do Céu, Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho e Paulo Duarte Paulino Sardinheiro (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT). Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Pedro Miguel Brás Gaspar e Francisco José Saturnino Cunha .

A Ordem de Trabalhos proposta na convocatória foi a seguinte:

Ponto 1 - Eleição do Órgão Representante da CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Ponto 2 - Eleição do representante do Município de Alpiarça para integrar o ACES (Agrupamentos de Centro de Saúde do Serviço Nacional de Saúde).

Ponto 3 - Eleição dos representantes na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Ponto 4 - Eleição dos representantes do Conselho Municipal de Segurança.

Ponto 5 - Eleição do representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Instalação ou Modificação de estabelecimentos de Comércio a Retalho e de Comércio por Grosso em livre serviço, nos termos da alínea b) do n.º 4 do art.º 7 da Lei 12/2004.

Ponto 6 - Eleição do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Alpiarça.

Ponto 7 - Indicação do representante para a CIMDFCI (Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios).

Ponto 8 - Plano de Saneamento Financeiro - Relatório Semestral.

Ponto 9 - Proposta de 2.^a revisão às Grandes Opções do Plano (GOP).

Ponto 10 - Proposta para emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais referente ao projeto "Parque de Base Recreativa e Formativa - Casalinho – Alpiarça".

Início da Sessão

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 21h00 tendo solicitado às três bancadas que apresentassem os respetivos representantes, tendo sido indicados os seguintes deputados municipais: da CDU-PCP/PEV - Marco Silva, do PS – Fernando Ramalho, do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT – Mário Santiago.

Informou ainda a Assembleia que foram apresentados requerimentos para suspensão de mandato dos seguintes deputados: Celestino Tomás Pereira Brasileiro, pelo período de seis meses, João Pedro Antunes Osório, pelo período de seis meses e Ana Paula Agostinho Matias, pelo período de um mês e que já se encontram substituídos por Liliana dos Santos Carapinha, Miguel Angelo Lopes Eusébio, António Júlio Raposo Lopes Pereira, respetivamente.

O Presidente da Assembleia colocou à consideração da mesma, a apresentação de um Voto de Pesar pela morte do ilustre alpiarcense e homem de cultura Leocádio Teodoro do Vale. Não havendo oposição de qualquer das três bancadas, o presidente leu o voto de pesar, que posto à votação foi aprovado por unanimidade, devendo ser remetido à comunicação social e à família.

1.º Período do Público

O Presidente da Assembleia deu por aberto este período informando os munícipes interessados das condições em que poderiam intervir.

O munícipe João Rosa do Céu colocou duas questões ao Presidente da Câmara, sendo uma relacionada com a obra que a Câmara de Alpiarça pretende executar no Casalinho e denominada "Parque de Base Recreativa e Formativa - Casalinho – Alpiarça" e a outra com a falada fusão e extinção de municípios a nível nacional.

O munícipe Pedro Bernardo colocou três questões diferentes diretamente a cada uma das três bancadas que constituem a Assembleia Municipal de Alpiarça e relacionadas com o aumento da fatura da água aprovado pela empresa Águas do Ribatejo.

Intervenção do Presidente da Câmara que respondeu ao munícipe João Rosa do Céu. Relativamente ao Parque de Base Recreativa e Formativa do Casalinho informou que se trata ainda de uma proposta de projeto que se espera venha a poder candidatar-se ao QREN em curso, a verbas que estão por afetar. É um projeto que já vem de trás, aprovado num dos mandatos PS sob proposta da CDU-PCP/PEV e de cujo presente programa eleitoral faz parte. Trata-se da construção de um campo de futebol de sete em relva sintética e da requalificação de todo o espaço envolvente com a possibilidade de financiamento a noventa e cinco por cento. Quanto à agregação, fusão e extinção de municípios é um assunto que tem vindo a ser falado e é uma preocupação de todos os municípios e recusado pela própria Associação Nacional de Municípios, disse que teremos todos de lutar contra essa agregação porque se um dia vier a acontecer será transversal e afetará municípios de todos os quadrantes políticos.

Quanto às questões colocadas pelo munícipe Pedro Bernardo, o Presidente da Mesa informou -o que tratando-se de questões dirigidas diretamente a cada uma das bancadas, seriam remetidas às mesmas que oportunamente responderiam ao solicitado.

O deputado Mário Santiago informou o Presidente da Mesa que estava em condições de responder ao munícipe sobre as questões colocadas à sua bancada, sendo informado por aquele que não o poderia fazer não só porque o público não pode interpelar diretamente as bancadas, mas também por uma questão de equidade entre as três bancadas, já que as outras duas não estariam preparadas para o fazer e deu por encerrado este primeiro período do público.

O deputado Mário Santiago apresentou um recurso pelo facto de não poder responder ao munícipe nesta Assembleia.

Posto à votação o recurso foi recusado com 10 votos contra de CDU-PCP/PEV, 3 do PS e 3 a favor do Todos Por Alpiarça- PPD/PSD-MPT.

Em declaração de voto o deputado Fernando Ramalho disse que nesta sessão extraordinária não há período antes da ordem do dia e como tal não há lugar à interpelação direta às bancadas por parte dos munícipes, segundo o Regimento os

munícipes podem dirigir ao Executivo as questões que entenderem e não às bancadas até porque estas não têm período antes da ordem do dia para poderem responder. Além do mais o munícipe pretende uma resposta sobre uma deliberação tomada em reunião de câmara quando os deputados não tiveram acesso a essa deliberação, daí o seu sentido de voto. O deputado Marco Silva também fez declaração de voto, fazendo suas as palavras do deputado Fernando Ramalho. O deputado Mário Santiago disse que pelo sentido de voto das bancadas da CDU-PCP/PEV e do PS relativamente a este recurso se ficou a perceber que estas forças políticas não querem que os munícipes percebam o porquê da sua votação a favor do aumento da fatura da água e resíduos.

Ordem do Dia

Ponto 1 - Eleição do Órgão Representante da CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

O Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão informando que a Assembleia Municipal de Alpiarça tem direito a eleger dois efetivos e dois suplentes para fazerem parte da Assembleia da CIMLT, aplicando-se o método de Hondt e perguntou se as bancadas tinham listas para apresentar.

O deputado Fernando Ramalho sugeriu que este ponto da ordem de trabalhos fosse remetido para a próxima sessão, uma vez que houve alteração da composição da Assembleia da CIMLT, que passou de três para dois elementos.

O Presidente da Mesa informou que um dos motivos que levou à convocação desta Assembleia foi precisamente a necessidade de se elegerem os dois representantes desta Assembleia durante o mês de Novembro.

O deputado Mário Santiago propôs também que este ponto da ordem de trabalhos fosse remetido para a próxima sessão, uma vez que só hoje foi entregue a documentação que deu conhecimento do número de representantes desta Assembleia na CIMLT e do método de eleição.

O Presidente da Câmara disse que desde a publicação em Setembro da Lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais é sabido que as assembleias municipais dos concelhos com menos de 10.000 eleitores têm dois representantes nas comunidades intermunicipais, disse ainda que além de não podermos alegar desconhecimento da lei, se não elegermos os dois representantes desta assembleia

vamos impedir a realização da assembleia da CIMLT que terá para aprovar o seu Plano de Atividades e Orçamento.

O deputado Marco Silva opinou que face à informação do Presidente da Câmara não faz sentido adiar este ponto para uma próxima sessão.

O deputado Mário Santiago disse que a sua bancada está na disposição de abdicar do adiamento e votar o ponto, continuando no entanto a lamentar que a documentação não tenha sido enviada atempadamente.

Foram apresentadas duas listas, uma designada por lista A apresentada pela bancada da CDU-PCP/PEV e a outra designada por lista B apresentada conjuntamente pelas bancadas do PS e do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT.

Após se proceder à votação, a lista A teve 9 votos e a lista B teve 6 votos tendo sido eleitos os deputados: Fernando Rodrigues Louro (CDU-PCP/PEV) e Ana Margarida Rosa do Céu (PS) como efetivos e Fernanda Maria Garnel (CDU-PCP/PEV) e Maria Gabriela Coutinho (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT) como suplentes.

Ponto 2 - Eleição do representante do Município de Alpiarça para integrar o ACES - Agrupamentos de Centro de Saúde do Serviço Nacional de Saúde).

O Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão informando que nesta eleição a Assembleia Municipal de Alpiarça tem direito a fazer-se representar por um eleito que representará o município.

A bancada da CDU-PCP/PEV apresentou como representante o deputado Marco Silva. A bancada do PS apresentou como representante a deputada Ana Margarida do Céu e a bancada do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT apresentou como representante Joana do Céu Ferreira.

Procedeu-se à eleição por voto secreto tendo sido eleito o deputado Marco Silva com 10 votos a favor.

Ponto 3 - Eleição dos representantes na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

O Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão solicitando que caso o plenário não se opusesse e dado tratar-se da eleição de quatro representantes da Assembleia Municipal fosse apresentada uma lista constituída por dois elementos propostos pela CDU-PCP/PEV e por um elemento de cada uma das outras duas bancadas. Não havendo oposição do plenário, a bancada da CDU-PCP/PEV indicou Verónica Ferreira e

Tânia Graça, a bancada do PS indicou Maria de Fátima Rodrigues e a bancada do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT indicou Lúdia Elbling.

Posta a lista à votação foi aprovada por unanimidade.

Ponto 4 - Eleição dos representantes do Conselho Municipal de Segurança.

O Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão, informando que embora a Lei não o obrigue, seria bom que funcionasse também neste caso o método de Hondt pelo que, caso o plenário não se opusesse e dado tratar-se da eleição de cinco representantes da Assembleia Municipal, fosse apresentada uma lista constituída por três elementos propostos pela CDU-PCP/PEV e por um elemento de cada uma das outras duas bancadas.

No uso da palavra o deputado Mário Santiago disse que o Conselho Municipal de Segurança é uma entidade de âmbito municipal e que embora as suas funções sejam de natureza consultiva, é uma entidade que considerou importante na atual conjuntura e que visa promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre entidades que, na área do Município de Alpiarça, têm intervenção ou estão envolvidas na prevenção e na garantia da inserção social e da segurança e tranquilidade da população, tendo o seu regime jurídico sido aprovado pela Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, devendo reunir uma vez por trimestre por convocação do Presidente da Câmara. Acrescentou ainda que no mandato anterior este Conselho nunca reuniu, questionando o Executivo se reconhecia esta entidade como importante para o Município e se tencionava cumprir a lei reunindo o Conselho trimestralmente.

O Presidente da Câmara disse não ter percebido bem o ênfase que o deputado Mário Santiago deu à importância deste Conselho Municipal na atual conjuntura e se considerava que as pessoas eram cada vez mais perigosas por estarem a sofrer mais dificuldades económicas, mais desemprego, se manifestarem cada vez mais, as tornaria mais perigosas para nossa vida comunitária, aumentando a importância da existência deste Conselho Municipal. Disse que a Câmara Municipal reconhece a importância do Conselho Municipal de Segurança e opinou que o deputado Mário Santiago é que parece não ter reconhecido essa importância já que não compareceu a qualquer reunião dos Conselhos Municipais de espécie alguma para os quais foi convocado. Disse que a Câmara Municipal reconhece a importância relativa do Conselho Municipal de Segurança, referiu porém que em muitos dos conselhos em que participou e a que

presidiu, na maior parte das vezes disse estar-se perante um órgão perfeitamente formal e acaba por não ter a intervenção e a pertinência que se desejava.

O deputado Paulo Sardinheiro disse não concordar que perante uma questão tão simples e concreta como a colocada pelo seu colega de bancada, o Presidente da Câmara tenha respondido levando o assunto para questões económicas e políticas. Este deputado considerou que esta Comissão poderá ser uma preciosa ajuda para a câmara na integração de certas comunidades estrangeiras na nossa sociedade, que por norma são problemáticas.

O deputado Mário Santiago fez suas as palavras do deputado que o antecedeu e ficou na dúvida se o Presidente da Câmara convocará ou não o Conselho Municipal de Segurança.

O deputado Fernando Ramalho disse ter a mesma dúvida do deputado que o antecedeu e disse que o PS não iria indicar um representante para um órgão que eventualmente poderia nunca reunir.

O deputado Marco Silva pelo contrário disse entender aquilo que o Presidente da Câmara disse que o Conselho Municipal de Segurança seria convocado.

O Presidente da Câmara disse em concreto que irá convocar este conselho e disse que se preocupa com questões de segurança, que reconhece a importância deste Conselho Municipal, mas que não discutiria aqui em público questões com algum sigilo e relacionadas com minorias estrangeiras, que devem ser discutidas em locais próprios, como é o caso deste órgão para o qual se está a fazer a presente eleição e disse não aceitar que o aumento do desemprego, das dificuldades económicas e da manifestação das pessoas contra isso, aumente o nível de insegurança no nosso país.

O deputado Mário Santiago disse não concordar com o Presidente da Câmara quando se diz que a crise económica e tudo que a ela vem associado não aumente a insegurança dos cidadãos.

O Presidente da Mesa solicitou às três bancadas que apresentassem os nomes dos seus representantes neste Conselho. A CDU-PCP/PEV apresentou Rui Luís Oliveira, Jacinto Nunes e Raul Figueiredo, o PS apresentou João Rosa do Céu e o Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT apresentou Armindo Edgar Leite, os quais constituem a lista conjunta a ser votada. Posta à votação esta lista foi aprovada por unanimidade.

Ponto 5 - Eleição do representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Instalação ou Modificação de estabelecimentos do Comércio a Retalho e de Comércio por Grosso em livre serviço, nos termos da alínea b) do n.º 4 do art.º 7 da Lei 12/2004.

O Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão dizendo tratar-se da eleição de uma única pessoa.

A bancada da CDU-PCP/PEV indicou o deputado João Pedro Lopes da Silva, a bancada do PS indicou o deputado Luís Miguel Sá Pereira e a bancada do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT apresentou o deputado Paulo Duarte Sardinheiro.

Procedeu-se à eleição por escrutínio secreto tendo sido eleito o deputado João Pedro Lopes da Silva com dez votos a favor, contra Luís Miguel Sá Pereira e Paulo Duarte Sardinheiro que obtiveram três votos cada.

Ponto 6 - Eleição do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Alpiarça.

O Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão dizendo tratar-se da eleição de uma única pessoa.

A bancada da CDU-PCP/PEV indicou o deputado Henrique Miguel Santana, a bancada do PS indicou o deputado Fernando Manuel Ramalho e a bancada do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT apresentou o deputado Paulo Duarte Sardinheiro.

Procedeu-se à eleição por escrutínio secreto tendo sido eleito o deputado Henrique Miguel Caetano Santana com dez votos a favor, contra Fernando Manuel Ramalho e Paulo Duarte Sardinheiro que obtiveram três votos cada.

Ponto 7 - Indicação do representante para a CIMDFCI (Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios).

O Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão dizendo que a legislação está feita para municípios com várias freguesias, no caso concreto de Alpiarça que tem apenas uma freguesia, trata-se de designar a única Presidente de Junta existente.

Procedendo-se a votação foi designada a deputada municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça - Fernanda Maria Fontaínhas Cardigo, com treze votos a favor da CDU-PCP/PEV e do PS e a três abstenções por parte do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT.

Ponto 8 - Plano de Saneamento Financeiro - Relatório Semestral.

O Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara que, tratando-se de um outro mandato, fez um breve enquadramento deste ponto dizendo que se se trata de apreciar e votar o 5.º Relatório Semestral de execução do Plano de Saneamento Financeiro (PSF), que vai do dia 7 de Abril ao dia 6 de Outubro. Explicou que o município de Alpiarça tem execução um Plano de Saneamento Financeiro que foi a solução encontrada para responder à situação de desequilíbrio financeiro estrutural que foi encontrada por este Executivo em finais de 2009, à data da sua tomada de posse. Disse que apesar de todas as contrariedades e da difícil conjuntura económica e social o município tem atingido os objetivos. Acrescentou que em traços gerais a dívida diminuiu em cerca de um milhão e setecentos mil euros e que a dívida a fornecedores é residual e que se está a pagar faturas a trinta dias quando anteriormente era de duzentos e dezoito dias. Houve também uma diminuição de despesas com pessoal por via da saída de alguns trabalhadores que agora por via de imposições do Orçamento de Estado e de outra legislação serão difíceis de repor.

O deputado Miguel Sá Pereira considerou o PSF muito idêntico ao Resgate a Portugal feito pela Troika e colocou algumas questões ao Executivo sobre este 5.º Relatório.

O deputado Mário Santiago centrou a sua intervenção fazendo a equiparação entre as medidas propostas no PSF e a várias medidas impostas pela Troika a Portugal e também colocou algumas questões ao Executivo.

Por uma questão regimental e tendo-se atingido as zero horas, o Presidente da Mesa pôs à votação a continuidade dos trabalhos sendo aprovado a sua continuação com treze votos a favor das bancadas da DCU e o Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT e três abstenções por parte da bancada do PS.

O deputado Marco Silva contestou as intervenções dos dois deputados que o antecederam defendendo o recurso ao Plano de Saneamento Financeiro, dado o caos financeiro em que a CDU-PCP/PEV tinha encontrado as contas da câmara, defendendo também que se tem feito obra e criado condições para gerar emprego no concelho. Terminou dizendo que a bancada da CDU-PCP/PEV irá aprovar este 5.º Relatório e que orgulha do modo como o Executivo CDU-PCP/PEV está a fazer muito com muito pouco.

O deputado Paulo Sardinheiro também teceu algumas considerações sobre as semelhanças entre o Resgate da Troika e este PSF e pôs uma questão ao Executivo relacionada com as receitas municipais de IMI e de IMT.

O deputado Fernando Ramalho teceu também algumas considerações ao PSF e criticou o Executivo da CDU-PCP/PEV por não ter tentado resolver o problema da dívida sem ter recorrido a um empréstimo bancário de seis milhões de euros, cujos encargos irão onerar gerações futuras.

O deputado Miguel Sá Pereira reforçou a ideia que embora o PS tenha deixado treze milhões de dívida, deixou investimentos no valor de quarenta de dois milhões de euros e trouxe algumas grandes empresas para o concelho e disse não ter percebido se na opinião do deputado Marco Silva a Troika era uma coisa boa ou não.

O deputado Marco Silva disse que tem uma péssima opinião sobre a Troika, mas em relação ao modo como o Executivo CDU-PCP/PEV resolveu o grave problema financeiro que encontrou à data da sua posse, através de um PSF, disse que não vê outro modo de se ter resolvido o problema a não ser que se assistisse constantemente à penhora de bens do município.

O Presidente da Câmara disse registar o tom correto e elevado como decorreu a discussão deste ponto e disse ter de responder a um rol de questões e por isso é natural que tenha de se repetir porque as questões acabam por se repetir cada vez que os relatórios do PSF vêm aqui para discussão e disse que responderia de uma forma genérica à generalidade das questões, dizendo discordar da comparação que fazem entre o PSF e o memorando da Troika, tendo em conta que o PSF foi uma inevitabilidade colocada pela Lei das Finanças Locais dada a situação financeira em que estava mergulhado o município de Alpiarça, era uma situação de desequilíbrio estrutural e o próprio governo poderia ter intervindo no município de Alpiarça que estava em sobre-endividamento desde 1998 e Alpiarça através da aprovação do seu PSF evitou a intervenção governamental. Defendeu o investimento que está previsto realizar-se no Casalinho e disse ainda que tem havido investimento privado no concelho e falou de empresas instaladas e que se têm vindo a instalar no concelho que têm aumentado as suas instalações e as suas linhas de produção e aumentado o número de trabalhadores.

O Vereador João Pedro Arraiolos disse que ia tentar responder às questões que lhe foram colocadas no mais curto espaço de tempo. Começou por dizer que a analogia que alguns deputados têm feito aqui entre o PSF e o resgate e a Troika, só pode ser para rir, frisou que é completamente diferente o município de Alpiarça ter as coisas completamente definidas, sabermos quanto devemos, sabemos a quem devemos, sabemos qual as taxas de juro que pagamos e em Portugal nunca sabemos quanto devemos, que taxas de juro pagamos e quantos milhões de juros temos para pagar, segundo se lê que cada vez se deve mais e o povo português cada vez vive pior e não consegue produzir só para pagar os juros. Lamenta que ao fim de dois anos e meio de PSF e em vez de se analisar o respetivo relatório semestral produzido, que vem aqui pela 5.ª vez se voltem a levantar as mesmas questões. Depois passou a responder sucintamente às várias questões colocadas pelos vários autarcas no que diz respeito à previsão de receitas, à contenção de despesas, à diminuição do número de funcionários, do número de horas extras, à previsão de aumento ou diminuição de receitas correntes e de capital, da diminuição de juros, da implementação de novos horários de trabalho.

O deputado Mário Santiago fez uma intervenção explicando o que passou no seu entender desde o início até à aprovação da taxa final de IMI e da sua contribuição para a redução da mesma. O Presidente da Câmara disse que factualmente o que o deputado disse correspondia à verdade mas que da parte do deputado teria havido uma grande deslealdade relativamente à força política que o elegeu.

O Presidente da Mesa pôs o ponto à votação tendo sido aprovado por maioria com dez votos a favor da CDU-PCP/PEV, três abstenções do PS e três abstenções do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT.

Ponto 9 - Proposta de 2.ª revisão às Grandes Opções do Plano (GOPS).

O Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara que explicou que se trata da alteração de classificação funcional do projeto que se pretende realizar no Casalinho, disse que estava classificado na rubrica urbanização e loteamentos com o termo Área Desportiva do Casalinho, propondo-se que fique na área das funções sociais, Desporto, Recreio e Lazer - “Parque de Base Recreativa e Formativa – Casalinho – Alpiarça.”

Não se registando discussão o Presidente da Mesa pôs o ponto à votação tendo sido aprovado por maioria com dez votos a favor da CDU-PCP/PEV, três votos contra do PS e três votos contra do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT.

O Presidente da Mesa nesta altura, cerca da uma hora, concedeu um pequeno intervalo.

Ponto 10 - Proposta para emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais referente ao projeto "Parque de Base Recreativa e Formativa - Casalinho - Alpiarça".

O Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara o qual encarregou o Vereador João Arraiolos de apresentar este ponto . No uso da palavra o Vereador disse que se trata de criar as condições necessárias para apresentar uma candidatura ao QREN de 2007/2013, do projeto em epígrafe, a qual terá necessariamente de estar concluída até 31 de Dezembro de 2013., dado tratar-se de uma candidatura a verbas que não foram utilizadas no QREN em vigência. O valor proposto é de 1000 euros em 2013 e 344.000 euros para 2014 o que permitirá desencadear os procedimentos para abertura de concurso em reunião de câmara e assim o projeto ter maturidade suficiente para que se possa candidatar ainda até 31 de Dezembro, daí a razão de vir a esta assembleia municipal do corrente ano para emissão de autorização prévia para assunção deste compromisso plurianual.

O Presidente da Câmara alertou também para o facto da eventual reprovação deste ponto inviabilizar a possibilidade de aproveitar um investimento de trezentos e muitos mil euros por via do QREN para requalificar toda aquela zona do Casalinho e adiantou ainda que a apresentação de candidaturas implica regras muito claras e a maturidade dos projetos de candidatura, ou seja, que esteja tudo aprovado e que seja aberto concurso. Concluiu dizendo que este projeto não pode ser substituído por qualquer outra coisa, a não ser um projeto que respeitasse os regulamentos das candidaturas e que ao mesmo tempo cumprisse todos os processos de aprovação e a tal maturidade já referida.

O deputado Paulo Sardinheiro usou da palavra dizendo que não compreendia esta intervenção do Presidente da Câmara, tentando condicionar a votação deste ponto e a eventual reprovação do mesmo quando a CDU-PCP/PEV tem a maioria de deputados e o ponto vai passar. De seguida fez uma intervenção dizendo que deveria haver uma

reflexão sobre este projeto dizendo-se contra o mesmo e apontando várias razões para isso, desde a sua não necessidade, passando pelas despesas de manutenção incluindo a energia elétrica.

O deputado Luís Miguel Sá Pereira centrou a sua intervenção contra a execução deste projeto não o considerando prioritário e considerando que o concelho de Alpiarça já tem excesso de equipamentos desportivos, nomeando outras prioridades.

O deputado Fernando Ramalho disse que fazia praticamente suas as palavras dos seus antecessores e centrou também a sua intervenção contra a execução deste projeto e duvida que o mesmo venha a ser aprovado pelo QREN e deixou no ar a pergunta se não haveria outros locais onde aplicar estas verbas com outra rentabilidade e considerou elevado o custo com a elaboração do projeto de arquitetura.

A deputada Gabriela Coutinho disse que não tinha nada contra o desenvolvimento e a construção de equipamentos no Casalinho, mas disse ter dúvidas se os balneários desta obra são elegíveis para financiamento do QREN e opina que mesmo só a parte das verbas que a Câmara vai gastar poderiam ser aproveitadas noutras obras.

O deputado Marco Silva disse que a bancada da CDU-PCP/PEV irá votar a favor deste projeto no Casalinho, considerou a obra importante, que não é só um campo de futebol, tem também um parque infantil e que este projeto fazia parte do programa eleitoral da CDU-PCP/PEV, que ganhou as eleições não só no concelho mas também naquele lugar e que a Câmara tem toda a legitimidade para ali fazer aquela obra, embora se diga que o Vereador Francisco Cunha ouviu a população e que a mesma não estaria de acordo com a obra, mas há que ter em conta a representatividade da votação.

O Vereador Francisco Cunha pediu a palavra para fazer a defesa da honra em virtude do deputado Marco Silva ter usado o seu nome.

O deputado Luís Miguel Sá Pereira apelou que devem ser tomadas providências no sentido da manutenção de alguns equipamentos desportivos que se estão a degradar e que o dinheiro gasto nesta obra poderia ser para aí canalizado.

O deputado Mário Santiago disse estar estupefacto com as palavras proferidas pelo deputado Marco Silva que deu a entender que pelo facto da CDU-PCP/PEV ganhar as eleições no Casalinho isso lhe dava o direito de ali fazerem o que quisessem. Voltou a criticar a obra e a sua utilidade para o Casalinho e considerou que não é o momento

certo para fazer esta obra e a fazê-la que a façam no Complexo Desportivo dos Patudos onde já há iluminação, águas, esgotos e balneários.

O deputado Marco Silva usou da palavra alegando que apenas contestou o facto de dizerem que a população do Casalinho não quer lá aquela obra, mas que deram a vitória à CDU-PCP/PEV que tem aquela obra prevista no seu programa eleitoral.

O Presidente da Câmara disse que nunca pensou que uma obra prevista há tantos anos para o Casalinho merecesse tanta contestação por parte da Assembleia e voltou a frisar que não se trata apenas da construção de um campo de futebol de sete mas também a requalificação daquele espaço com parque infantil e balneários de apoio. Acrescentou que o projeto ainda não foi à aprovação da Câmara, é uma proposta que não vai onerar as futuras gerações e que tem de ser suportada com meios próprios da autarquia e que não pode nem vai criar mais dívida ao município. Acrescentou que se levantaram algumas dúvidas quanto ao projeto de arquitetura e de especialidades, tendo o Presidente da Câmara respondido que a sua gestão nesta câmara tem por hábito pagar os projetos que encomenda e lamenta que estejam a pôr em causa a forma clara e honesta como ele e os seus colegas da maioria do Executivo CDU-PCP/PEV têm gerido esta autarquia.

O deputado Fernando Ramalho apresentou um requerimento para que o Executivo fornecesse a cópia do contrato de empreitada que teve por objeto a execução do projeto da construção do "Parque de Base Recreativa e Formativa - Casalinho – Alpiarça".

O deputado Paulo Sardinheiro usou da palavra alegando que sendo este um projeto de interesse municipal, não é errado que os membros desta assembleia municipal discutam este assunto neste local.

O deputado Mário Santiago voltou a considerar que numa altura em que o país está sob um “pacto de agressão” como costuma ser dito pela CDU-PCP/PEV se gaste dinheiro numa obra desta natureza.

O deputado Marco Silva disse não considerar exagerado o valor pago pela câmara municipal para execução do projeto que se pretende executar no Casalinho.

A deputada Gabriela Coutinho disse que nunca pôs em causa a honradez de Mário Pereira, Presidente da Câmara de Alpiarça, pôs sim em causa a eventualidade dos fundos comunitários não contemplarem o financiamento dos balneários e do parque

infantil na obra que se quer levar a cabo, estranhando também que todos os lugares do concelho tenham de estar dotados de equipamentos desportivos, mas que quanto a cemitérios, apenas haja um cemitério para todo o concelho.

O deputado Luís Miguel Sá Pereira disse que o pequeno campo de jogos que em tempos foi colocado no Casalinho e que ainda lá permanece tinha o intuito de dar apoio à escola primária que entretanto acabou por vir a ser fechada, não por culpa da câmara obviamente, mas que agora sem escola acaba por não ter qualquer aproveitamento.

O Presidente da Câmara fez algumas considerações finais sobre este ponto, alegando que o mesmo nada tem a ver com futebol profissional nem com estádios de futebol como os que foram construídos durante o campeonato europeu de futebol e que as verbas vindas através do QREN acabam por ser uma ninharia comparado com aquilo que Portugal dá à Europa.

O Presidente da Mesa pôs o ponto à votação sendo aprovado com dez votos a favor da CDU-PCP/PEV, três votos contra do PS, dois votos contra do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT e uma abstenção também do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT.

Declaração de voto da Bancada do PS, apresentada pelo seu representante Fernando Ramalho dizendo que votava contra por considerar um completo desajustamento da realidade do lugar do Casalinho, considerando que há outras necessidades básicas por realizar e que já existe no local um equipamento com características semelhantes e um estádio municipal a necessitar urgentemente de obras e melhoramentos e que o valor de 344.000 euros seria suficiente para cumprir as necessidades básicas prioritárias do Casalinho bem como dos arranjos no Estádio Municipal. Disse também que consideravam prioritária a construção de uma ligação pedonal até Alpiarça onde existe cerca de um quilómetro de estrada sem passeio, a construção de um posto de saúde ou a simples construção de um local de oração e o renascimento da festa anual do Casalinho não compreendendo esta tomada de posição do Executivo nos tempos de crise que afetam toda a nação quando a poucos quilómetros existem equipamentos equivalentes e que Alpiarça já possui infraestruturas suficientes para a prática do desporto. Concluiu dizendo que a tomada de posição da CDU-PCP/PEV de Alpiarça é diametralmente oposta à defendida a nível nacional pela mesma força política que é contra o esbanjamento de dinheiros públicos em tempos de austeridade.

O deputado Mário Santiago apresentou dois votos de protesto à Mesa. O primeiro protesto foi contra a designação que tem sido dada ao movimento pelo qual a sua bancada foi eleita, considerando que embora tenha tido o apoio dos partidos PPD/PSD e MPT, deve ser tratada como Todos Por Alpiarça, pois a sigla TPA nem sequer existe ou se existe é para outra coisa. O segundo protesto foi pela falta de condições de trabalho neste auditório em que os deputados não têm espaço para colocar portáteis ou outros instrumentos de trabalho e inclusive têm de espalhar papéis pelo chão.

O Presidente da Mesa informou o deputado que iria falar com o Executivo acerca dos votos de protesto apresentados.

2.º Período do Público

O Presidente da Mesa deu início a este período dando sete minutos e meio para a intervenção de cada um dos dois munícipes inscritos.

Intervenção do munícipe Carlos Marques sobre o arranjo do espaço onde o Município pretende construir o "Parque de Base Recreativa e Formativa - Casalinho - Alpiarça".

Intervenção do munícipe Eduardo Costa sobre os aumentos da água previstos para os próximos anos pela empresa Águas do Ribatejo.

Intervenção do Presidente Câmara em resposta a estes dois munícipes, prometendo remeter à empresa Águas do Ribatejo o memorando apresentado pelo munícipe Eduardo Costa.

Proposta da Bancada do Todos Por Alpiarça, apresentada pelo seu representante Mário Santiago.

O Vereador Francisco Cunha, fez uma intervenção em defesa da honra, dizendo que deram a entender que era populista e demagogo quando votou contra o aumento do tarifário da empresa Águas dos Ribatejo, não se considerando demagogo e populista porque o seu sentido de voto foi exatamente igual ao do camarada Carlos Tomé da Câmara de Torres Novas.

O Presidente da Assembleia teceu algumas considerações sobre o modo como decorreram os trabalhos da Assembleia e lamentou o adiantado da hora do seu termo. Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Mesa, eram três horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____